

# economia

## Haddad anuncia R\$ 25,9 bi em cortes de despesas

Levantamento dos programas e benefícios que serão impactados foi realizado desde março pelas equipes do governo

### / CONTAS PÚBLICAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na noite desta quarta-feira, após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, que o governo prepara um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias que abrangem diversos ministérios, para o projeto de lei orçamentária de 2025, que será apresentado em agosto ao Congresso Nacional. O corte ainda poderá ser parcialmente antecipado em contingenciamentos e bloqueios no orçamento deste ano.

“Nós já identificamos e o presidente autorizou levar à frente, (o valor de) R\$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias, que vão ser cortadas depois que os ministérios afetados sejam comunicados do limite que vai ser dado para a elaboração do Orçamento 2025. Isso

foi feito com as equipes dos ministérios, isso não é um número arbitrário. É um número que foi levantado, linha a linha do orçamento, daquilo que não se coaduna com os programas sociais que foram criados, para o ano que vem”, disse o ministro em declaração a jornalistas após a reunião.

O levantamento dos programas e benefícios que serão cortados foi realizado desde março entre as equipes dos ministérios da área fim e as pastas do Planejamento e da Fazenda. Além disso, bloqueios e contingenciamentos do orçamento atual serão anunciados ainda este mês, “que serão suficientes para o cumprimento do arcabouço fiscal”, reforçou o ministro.

Essas informações serão detalhadas na apresentação do próximo Relatório de Despesas e Receitas, no dia 22 de julho. “Isso

(bloqueio) está definido, vamos ter a ordem de grandeza nos próximos dias, assim que a Receita Federal terminar seu trabalho”.

Haddad reforçou que o governo está empenhado, “a todo custo”, em cumprir os limites da lei que criou o arcabouço fiscal.

“A primeira coisa que o presidente determinou é que cumpramos o arcabouço fiscal. Essa lei complementar foi aprovada no ano passado, a iniciativa foi do governo, com a participação de todos os ministros. Portanto, não se discute isso. Inclusive, ela se integra à Lei de Responsabilidade Fiscal. São leis que regulam as finanças públicas do Brasil e elas serão cumpridas”, destacou o ministro da Fazenda.

A declaração de Fernando Haddad ocorre um dia depois de o dólar disparar frente ao real, na maior alta em cerca de um ano



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Ministro diz que governo está empenhado em cumprir o arcabouço

e meio, no contexto de alta das taxas de juros nos Estados Unidos e também das críticas recentes do presidente brasileiro ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ao longo desta quarta, com novas manifestações

de Haddade do próprio presidente Lula, houve uma redução do nervosismo no mercado financeiro e o dólar baixou para R\$ 5,56, revertendo uma cotação que chegou a encostar em R\$ 5,70 no pregão anterior.

## Carnes ficam fora da lista de produtos considerados em relatório da reforma

### / REFORMA TRIBUTÁRIA

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa o projeto de regulamentação da reforma tributária não incluiu carnes na lista dos produtos da cesta básica nacional, que terá alíquota zero quando a reforma entrar em vigor.

O parecer foi divulgado na manhã desta quinta-feira. A expectativa é que o texto seja votado no plenário da Câmara na próxima semana.

A ausência de proteína animal na cesta básica é um dos temas mais polêmicos da reforma e acabou se transformando numa disputa política com as críticas de bolsonaristas à decisão do Executivo de deixar carnes fora da lista no projeto de regulamentação en-

viado ao Congresso.

A polêmica levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a entrar na discussão, na semana passada, ao defender uma mediação com a inclusão do frango na lista. Nesta semana, Lula defendeu imposto zero para as carnes que são consumidas pelo “povo”.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ironizou Lula nas suas redes sociais ao dizer que “a picanha se transformou em pé de galinha”. A razão da crítica foi que Lula tinha defendido inicialmente uma mediação para incluir na cesta básica o frango e disse que essa era “a carne que o povo come todo dia”. “Pé de frango, pescoço de frango, peito de frango”, afirmou o petista.

Na quarta, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou ser contrário à inclusão da

carne. Ele afirmou que essa medida representaria um impacto de 0,57% na alíquota geral e disse que isso é “um preço pesado para todos os brasileiros”.

A decisão de não colocar nenhuma carne na lista foi da equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

A justificativa foi evitar uma alta dos dois tributos que serão criados pela reforma: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), para estados e municípios, e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), para União.

A inclusão da carne pode elevar em 0,57 ponto percentual a alíquota média da CBS e IBS, que passaria de 26,5% para 27,1%. Mesmo fora da lista de produtos da cesta básica nacional com alíquota zero, a equipe de Haddad

argumenta que as carnes terão alívio da tributação com a entrada em vigor gradual da reforma, a partir de 2026.

Lira se reuniu na quarta por mais de sete horas com os parlamentares do grupo de trabalho para fazer ajustes ao texto. À noite, os deputados participaram de reunião com o secretário Extraordinário de Reforma Tributária, Bernard Appy, para analisar as mudanças feitas ao relatório e os eventuais impactos que elas teriam na alíquota geral.

Os deputados mantiveram no relatório as porcentagens que foram definidas para o cashback, mecanismo que prevê a devolução de impostos para a população de baixa renda, no texto original enviado pelo governo.

O projeto prevê cashback de

100% da CBS e 20% do IBS para aquisição de botijão de gás (13 kg), e de 50% da CBS e 20% do IBS para as contas de luz, de água e esgoto e de gás encanado. Para os demais produtos, a devolução será de 20% da CBS e do IBS.

O PT do presidente Lula (PT) levou ao grupo de trabalho a demanda para garantir 100% do cashback do imposto que incide nas contas de luz, água e gás encanado -pleito que não foi atendido até agora.

Reginaldo Lopes disse que apesar de os membros do grupo concordarem com essa ampliação do mecanismo, a decisão final caberá ao colégio de líderes. “Já fizemos o cálculo com o Ministério da Fazenda e o impacto é muito baixo 0,05% na alíquota. E compreendemos que é muito justo.”

## Porto Alegre registra aumento de 0,43% na cesta básica em junho

### / CONJUNTURA

A cidade de Porto Alegre registrou um aumento variação de 0,43% na cesta básica em junho, passando a custar R\$ 804,86. As informações foram divulgadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) nesta quinta-feira. Atualmente, segundo o órgão, a capital gaúcha é a quar-

ta das 17 capitais pesquisadas com o maior custo, atrás de São Paulo, Florianópolis e Rio de Janeiro.

Com base no primeiro semestre do ano, porém, a alta acumulada é de 5,00%. Em comparação com junho de 2023, o valor registrou variação de 4,05%. Nos seis meses de 2024, todas as cidades analisadas tiveram elevação nos preços médios.

Os itens da mesa do porto alegre que mais registraram

aumento foram a farinha, com 7,49%; tomate, com 5,55% e leite, cujo preço aumentou 4,87%. No ano, o produto que mais teve aumento de preços foi a batata, com 33,06%, seguido também por leite e tomate, com 25,82% e 17,47%, respectivamente.

A maior diminuição nos preços, por sua vez, foi vista no arroz, de -4,33%, no feijão, em -3,47% e na banana, com 3,24%. No ano, os únicos com retração foram fei-

jão, que diminuiu 3,81%, e carne, com -4,77%, juntamente com açúcar, que diminuiu 0,61%.

Com base nesses dados, o Dieese estima que no mês de junho, um trabalhador de Porto Alegre remunerado pelo salário mínimo, de R\$ 1.412,00, teria de trabalhar 125 horas e 24 minutos para adquirir a cesta básica. Em junho de 2023, quando o salário mínimo era de R\$ 1.320, o tempo de trabalho necessário foi de 128 horas e 56 minutos.

Em maio de 2024, o tempo foi de 124 horas e 52 minutos.

Já considerando o salário mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social o mesmo trabalhador precisou comprometer, em junho de 2024, 61,62% da remuneração para adquirir os produtos da cesta básica, que é suficiente para alimentar um adulto durante um mês. Em maio de 2024, o percentual foi de 61,36%, e, em junho de 2023 de 63,35%.